CLIPPING IMPRESSO
VEÍCULO - JORNAL DO COMMÉRCIO
DATA - TERCA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 2006

JORNAL DO COMMERCIO
Brasil

www.jornaldocommercio.com.br

FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1827
ANO CLXXIX - Nº 77

TERÇA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 2006

ARI KAYE GOMES

TRABALHO PERDIDO. Ex-presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro e desde ontem integrante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Nelson Rocha critica as alterações feitas no projeto da Lei Geral das Pequenas e Microempresas, na comissão especial da Câmara dos Deputados. "Em 48 horas, os deputados destruíram trabalho que levou meses para ficar pronto", afirma Rocha. **A-6**

CLIPPING IMPRESSO
VEÍCULO - JORNAL DO COMMÉRCIO
DATA - TERÇA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 2006.

CONGRESSO Líder de contabilistas critica mudanças feitas por deputados na Lei Geral de Pequena e Microempresas

Tempo perdido

DANIELE CARVALHO
DO JORNAL DO COMMERCIO

Nos quatro anos em que passou à frente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), Nelson Rocha, desde ontem conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), acompanhou uma das mais importantes transformações do setor nas últimas décadas. Os escândalos contábeis protagonizados por Enron e WorldCom levaram a uma reflexão sobre a transparência e a credibilidade das informações financeiras das empresas. O Brasil passou ao largo dos escândalos, mas também aprendeu com o episódio. Um exemplo disso, diz ele, é o fato de 90% das empresas brasileiras abrirem capital já dentro dos princípios da governança corporativa.

De acordo com Rocha, agora o País prepara-se para o desafio de implementar a Lei Geral das Pequenas e Microempresas e de terminar a regulamentação da Nova Lei das S/A. Rocha lamenta as mudanças feitas pela comissão da Câmara dos Deputados que aprovou o texto para da lei complementar das microempresas. Segundo afirma, em 48 horas foi destruído o trabalho de meses.

Rocha defende a simplificação dos balanços para se aumentar o mercado de capitais no Brasil. "É necessário criar-se uma linguagem mais simples entre a empresa e o investidor comum. De nada adianta um lindo balanço, se o interessado não o compreende", diz.

"É necessário criar-se uma linguagem mais simples."

JORNAL DO COMMERCIO – **Na última semana, a comissão especial aprovou o texto para a criação da Lei Geral das Pequenas e Microempresas. O texto, no entanto, sofreu diversas alterações. O senhor gostou do texto final?**

NELSON ROCHA – A idéia inicial da lei complementar era, basicamente, desburocratizar a abertura e o fechamento de empresas, criar um cadastro único de CNPJ e estimular a criação de cooperativas e de arranjos produtivos. Existia, ainda, o comprometimento de criar condições vantajosas para empresas de pequeno porte que queiram participar de processos de concorrência pública em valores de até R$ 50 mil. Um dos itens mais importantes era a adoção de uma tabela progressiva de contribuição. Este artifício reduziria a sonegação, já que as companhias não saltariam de uma faixa para a outra de repente. Haveria um período de adequação. Mas em 48 horas, os deputados destruíram um trabalho que levou meses para ficar pronto, que consultou mais de 110 mil empresas e foi à consulta pública.

Por que o senhor faz esta avaliação?

– O cadastro único caiu. A tabela de tributação deixou de ser progressiva. Os profissionais liberais acabaram não sendo contemplados com as mudanças, com exceção dos contabilistas. Mesmo assim, isto só ocorreu porque a categoria fez pressão. Um absurdo. Não pode haver diferenciação entre os profissionais. Quero entender até agora qual foi motivação para as mudanças, já que o projeto foi encaminhado pelo próprio Governo. Estamos falando alterações que vão impactar sobre 15 milhões de empresas, que são as grandes geradoras de emprego e renda do País. Não dá para entender.

O que o senhor acha que houve?

– Ainda não sei se foram os deputados que fizeram isso, ou se foi uma pressão da Receita Federal. Não acredito que a Receita faria uma papel que vai na contramão das iniciativas do Governo. Acho que foi um erro completo. Mas é certo que existe uma coisa da Receita contra os profissionais liberais, como se eles fossem o grande câncer do Imposto de Renda. Como se todos fossem sonegadores. Parece que elegeram os profissionais liberais para Cristo, e eles vão ter que pagar por isto.

Quem mais saiu perdendo?

– Acho que os municípios não se deram conta da importância da cobrança unificada do Simples. De maneira geral, dentro do Simples 2% seriam destinados aos municípios. Os municípios, em especial os pequenos que não possuem estrutura eficaz, teriam cobrança garantida, que se refletiria no aumento de arrecadação. É por isso que acho que não se tem moção da importância das pequenas empresas. Apostar na pequena empresa é apostar na inclusão social, no aumento do emprego e da renda. Ou a gente começa a fazer as coisas certas, ou nunca vai se chegar a uma solução. As emendas da comissão especial estragaram o trabalho. A verdade é que a gente tem representantes no Governo que não entendem da matéria. Até acho que a lei tinha alguns erros, como um prazo de seis meses para os governos se adaptarem aos mecanismos de cadastro único, mas os ajustes que foram feitos destruíram o projeto.

Talvez a Receita ainda tenha o temor de uma queda brusca de arrecadação. O que poderia ser feito para se implementar mudanças como as propostas da lei geral das pequenas empresas sem comprometer arrecadação?

– Existem estudos que dizem que o aumento de carga tributária reduz a arrecadação. O que se deve fazer é ampliar a base e diminuir a carga. Temos que fazer com que todos paguem. Para se evitar este problema de queda de arrecadação, pode ser feito um gatilho tributário: qual é a carga tributária hoje? Bom, cerca de 36% do Produto Interno Bruto (PIB). Teríamos que fazer o seguinte, diminuir meio porcento da carga a cada seis meses, ou a cada ano. Este corte deveria ser concentrado na nas alíquotas da produção, já que no Brasil, diferentemente dos outros países, mais de 50% dos impostos incidem na produção. Experimenta-se este corte por um tempo. Se a arrecadação se mantiver, os cortes continuam. Caso contrário, volta-se à alíquota anterior. Se não fizermos isto, vamos viver eternamente sob a síndrome do biscoito Tostines: arrecada-se pouco porque se cobra muito ou se cobra muito porque arrecada-se pouco?

O senhor assumiu a presidência do Conselho justamente em um período de escândalos contábeis em gigantes americanas, como a Enron e a WorldCom. Naquela ocasião houve muitos questionamentos sobre a eficiência dos métodos contábeis. Que lição pode ser tirada deste episódio?

– Os escândalos obviamente refletiram sobre a contabilidade mundial, em uma reflexão de como a contabilidade vinha sendo praticada. Serviu também para se demonstrar a importância da contabilidade nas empresas. A rigor, só se descobriu as fraudes porque existia contabilidade. Nos Estados Unidos, o problema foi a remuneração dos executivos em cima dos lucros apresentados. Eles (os executivos) inventaram maneiras de criar resultados melhores para que recebessem uma remuneração maior.

Acho que este período foi marcado por um repensar da contabilidade e trouxe à tona a importância do rigor e da ética nas informações de balanço, pois o profissional de contabilidade leva informações à sociedade. Este episódios possibilitaram um novo desafio, uma nova forma de encarar a contabilidade, como a lei Sarbone-Oxley. Esse processo acabou se proliferando em todo o mundo, inclusive no Brasil, e serviu para o fortalecimento dos mercados de capitais. Foi importante para repensar a relação com os investidores, principalmente os minoritários.

Qual foi o saldo negativo?

– O que foi ruim neste episódio foi a extinção da maior empresa de auditoria do mundo, a Arthur Andersen, que se envolveu nos escândalos. O maior ativo de qualquer empresa de auditoria é a credibilidade.

E no Brasil, qual foi o ganho real com os escândalos?

– A sociedade brasileira caminha para a exigência da transparência e controle. Hoje, 90% das empresas brasileiras que abrem seu capital em bolsa já vêm com métodos de governança corporativa. Está mais do que provado que as empresas que adotam a governança corporativa acabam tendo resultados melhores. Isto porque seus acionistas conhecem claramente todos os riscos.

Muito se fala na expansão do mercado nacional de capitais. O senhor não acha os balanços das empresas muito complexos para o grande público? Como a contabilidade pode ser simplificada?

– Concordo. O sistema de comunicação da contabilidade com o usuário é péssimo. Eu tenho batido nesta tecla, de que a gente precisa buscar informação diferenciada. Precisamos simplificar a linguagem. De que adianta você apresentar algo que ninguém compreende? Eu costumo comparar os balanços a um quadro de arte moderna, em que muitos olham, mas poucos entendem o que o artista quis dizer. Como fazer crescer o mercado de capitais brasileiros se você não faz as pessoas compreenderem o mínimo?

Eu sou adepto de que as empresas dêem um curso básico de leitura de balanço para os seus funcionários. Acho também que as empresas poderiam buscar uma alternativa para a comunicação. No entanto, acho também que isto não deve ser uma obrigação, mas deve partir de uma iniciativa das companhias.

E sobre a nova Lei das S/A? Na sua avaliação, que detalhes ainda precisam ser regulamentados e que são importantes?

– Sem dúvida nenhuma, o destaque diz respeito à obrigatoriedade da publicação de balanço pelas empresas de capital fechado que faturam mais de R$ 120 milhões. A sociedade precisa saber como estas empresas estão atuando. Uma companhia que fatura este valor não pode alegar que publicar balanço é um custo muito alto, como algumas andaram se queixando.